

Patrimônio cultural e museus: por uma educação dos sentidos

Museums and cultural heritage: for an education of the senses

Áurea da Paz Pinheiro¹

RESUMO

Acreditamos que são ricas e complexas as relações entre patrimônio, educação e museus. Frente às crises políticas e econômicas, buscamos viver em um mundo atravessado por antagonismos os mais diversos, sobretudo, aqueles referentes às relações dos seres humanos com o ambiente, com o patrimônio cultural e natural, assim devemos considerar as interfaces entre cultura e economia, mas não perder de vista a importância da consciência social, sensível e cidadã.

Palavras-chave: educação; patrimônio; museus.

ABSTRACT

We believe that the relations between heritage, education and museums are rich and complex. In face of the political and economic crises, we seek to live in a world crossed by the most diverse antagonisms, especially those pertaining to the human relations with the environment, the natural and cultural heritage; so we must consider the interfaces between culture and economy, but not lose sight of the importance of social awareness, which is sensitive and of citizens.

Keywords: education; heritage; museums.

DOI: 10.1590/0104-4060.44084

1 Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia. Teresina, Piauí, Brasil. Campus Universitário Ministro Petrônio Portella. Bairro Ininga. CEP: 64049-550. *E-mail:* aureapazpinheiro@gmail.com

[...] É preciso então recusar de chamar museu o projeto que trabalhamos? [...] O interesse geral é mais nítido no museu comunitário, mesmo se a estrutura institucional é mais frágil e menos organizada. [...] Deixemos evoluir o termo, [...] e admitamos que ele possa ter formas diferentes, em função de objetivos igualmente diferentes. Porém, prossigamos o debate entre pessoas de boa vontade e continuemos a observar o que se passa nas comunidades e a tirar disso os ensinamentos. (VARINE, 2012, p. 14).

O Brasil é um país de dimensões continentais, há uma infinidade de modos de ser e existir, narrativas, histórias, memórias que recolhemos no trabalho cotidiano em comunidades do sertão e litoral de uma região pouco conhecida – o Piauí, Meio Norte do Brasil. Realizamos estudos e intervenções que nos permitem o encontro com símbolos, sentidos e significados que as pessoas atribuem aos patrimônios em seus territórios.

O nosso trabalho com os patrimônios e a museologia tem sido no sentido de permitir que as comunidades participem, das mais variadas formas, dos processos de educação e formação, que lhes garanta a apreensão de sentidos, de valores culturais próprios de seu cotidiano, pois acreditamos que a participação permite interações com as demais dimensões da vida comunitária, da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local.

Ao longo do percurso, temos avaliado os conceitos de educação, com ênfase no papel que exercem os patrimônios e museus como instrumentos de desenvolvimento social, econômico e político em um território; museu entendido como fórum de debates e de conquistas cidadãs; no caso de nossos estudos e ações atuais em um espaço singular – o Delta do rio Parnaíba, em uma trilha que se iniciou em 2008 no Sertão, na cidade de Oeiras (primeira capital do Piauí, até 1852), e se mantém desde 2009, no Delta do rio Parnaíba, o único em mar aberto das Américas, nomeadamente em uma comunidade de pescadores, descendentes de populações indígenas, que ali se estabeleceram e que foram dizimadas pelo colonizador branco europeu.

Populações que, agora, têm a sua existência marcada por uma organização atravessada por um modelo de vivência e maneira de disciplinar o espaço – a Unidade de Conservação, na modalidade Reserva Extrativista (RESEX) Delta do Rio Parnaíba, criada em 2000, sob a gestão do Instituto Chico Mendes (ICMBio); um modelo de gestão não pacífico e que tem gerado um conjunto de tensões, incompreensões e novos contornos e disputas de poder, muitas vezes não perceptíveis e mesmo inconscientes, o que gera a desarticulação das relações ancestrais de convivência entre o ser humano uns com os outros e com a natureza.

Enfrentamos desafios de toda ordem na constituição de um inventário participativo do patrimônio cultural de natureza imaterial no Delta do Parnaíba, nesse mesmo contexto no qual se propõe uma concepção e configuração de museu que intervenha nos processos educativos, valendo-se do uso de metodologias que permitam os diálogos mediados entre o saber leigo e o saber científico, uma “ecologia dos saberes”, para usar a feliz expressão de Boaventura de Sousa Santos (2007), e que pode nos oferecer a condição de possibilidade de tratar de uma museologia da emancipação, constituir com e para as pessoas um museu emancipado, liberto dos conceitos, cânones e paradigmas tradicionais.

A partir dessas inferências, acreditamos nas interfaces entre patrimônio cultural e educação. Mas como mediar um processo educativo que permita a atribuição de sentidos aos patrimônios? Por meio de processos de conhecimento, um conhecimento pertinente, que enseje a identificação, compreensão, incerteza, percepção de nossa condição planetária e responsabilidade uns para com os outros. (MORIN, 2000).

É preciso informar e formar, permitir que se traduza a realidade, que se reflita sobre o ato de conhecer, perceber nossos erros e equívocos, ilusões na reconstrução das dinâmicas das relações humanas, das lógicas sociais; entender que o conhecimento é uma tradução e não reflexo da realidade, que nos permite a reconstrução, a percepção de reconstruir traduções, construir discursos sobre a realidade, tensa e conflituosa. O conhecimento do qual falamos deve ser pertinente, de forma que seja possível compreender não apenas uma parte, mas o todo, perceber as conexões ricas e complexas em contexto.

Atribuir sentidos é compreender a identidade humana, perceber que somos indivíduos históricos e culturalmente elaborados, aceitar que somos um fragmento do mundo no qual vivemos, do planeta que habitamos, um complexo entre comunidade e sociedade, suas interações; somos múltiplos com uma complexidade indecifrável, imersos em uma infinidade de múltiplos de culturas, de identidades; é preciso que percebamos a nossa individualidade na complexidade das relações humanas, em uma sociedade diversa e singular.

Atribuir sentidos aos patrimônios é compreender a nossa condição humana, compreender a diversidade de explicações, sobretudo, compreendermos uns aos outros, realizar a comunicação humana, colocar-se no lugar do outro, uma difícil tarefa em uma sociedade individualista, que não percebe a existência do outro, que o rejeita e o reduz ao nada, logo é preciso uma autoavaliação e exame. Atribuir sentidos é aceitar a incerteza, o inesperado, temos que ser fortes e não desencorajarmos diante dos desafios. Ter consciência de nossa condição planetária, de um mundo globalizado, imerso em informações velozes, que não conseguimos processar e organizar.

A degradação do planeta é um fato, mas é difícil conhecer o planeta, portanto, começamos pela nossa casa, rua, bairro, escola; por perceber os problemas que estão “amarrados” uns nos outros, ameaça ecológica em nosso quintal, problemas e destinos comuns solidários e responsáveis indivíduo-sociedade, que podemos tentar resolver, a começar em casa, no lar. A saída, portanto, é a responsabilidade comum; consciência, cidadania e responsabilidade recíprocas. É preciso pensar na formação, no diálogo sociedade, universidade e comunidades as mais diversas.

Poderíamos nos indagar por que cada aldeia de pescadores na Finlândia quer ter o seu próprio museu? Provavelmente porque há sentimentos de identidade cultural fortes que suscitam nos residentes o desejo de preservar e salvaguardar seus patrimônios. As razões podem ser de toda ordem, desde as afetivas às ligadas ao temor de perderem objetos, documentos, que guardam memórias ancestrais valiosas para as pessoas. Há, portanto, motivação, identificação e pertença. É possível crer que, ao fundarem e gerirem um museu no território onde vivem, o consideram como seu, diferente do museu situado fora da comunidade, sob uma administração profissional e distante da comunidade.

Atualmente, é inegável a função social que exercem os museus, sobretudo, se os entendermos como espaços de sociabilidade, fórum de debates, de trocas de saberes, experiências, práticas, afirmação de identidades; espaços praticados por produtores de cultura, conhecimentos; lugares educativos, que se constituem e que fortalecem as memórias individuais e coletivas – a memória social; os museus, nos diversos territórios, forjam os vínculos das pessoas umas com as outras, são lugares de interlocução comunitária, formados por pessoas que pensam a cultura como elemento econômico e sustentável. Os museus, enquanto equipamentos culturais, devem estar a serviço do conhecimento, da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Em particular, daquelas que vivem, que habitam os territórios onde estão situados.

Podemos destacar os desafios impostos dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) às comunidades e às instituições governamentais e não governamentais, no que tange às investigações, reflexões e intervenções nos territórios; é emblemático o caso dos inventários do patrimônio cultural imaterial, da divulgação e dos estudos da diversidade de metodologias e de propostas teóricas, de suportes textuais, orais e audiovisuais para aproximarmos e compreendermos as normas orientadoras propostas pela Convenção de 2003 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Portanto, são indiscutíveis as potencialidades dos patrimônios e dos museus, dos saberes e fazeres presentes nas comunidades, para estudos, investigações, sensibilizações e visibilidade da diversidade cultural.

Segundo o International Council of Museums (ICOM, [20--], não paginado), “[...] o museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite”.

No âmbito de nossos estudos e ações consideramos o museu como a casa habitada, caso façamos uma referência à casa das musas, diríamos que desejamos não uma casa das musas, mas uma casa habitada pelas musas; um laboratório, observatório, espaço educativo, um lugar de participação social e política de nosso tempo, praticado, de trabalho e não apenas um lugar de memória, um espaço habitado por todos em todos os tempos e épocas; espaço real e imaginário; um lugar que considera o ser humano e a sua realidade cultural, natural, social, política e histórica, que represente a complexidade dos saberes, das formas de conhecer e viver ancestrais e significados cotidianamente.

Nesse sentido, ao fazermos usos de categorias de pensamento como patrimônio e museu no trabalho teórico, de campo e de as pensarmos em suas limitações e possibilidades, para compreender a vida social e cultural dos territórios nos quais trabalhamos, considerando temporalidades as mais diversas, faz toda a diferença compreender a rede de ligações transversais assentes no tempo presente e constituídas em um tempo de longa duração, importantes para entendermos a vida mental, as lógicas sociais de populações que tiveram suas vidas arrancadas do território ancestral, populações de origem africana, tornadas escravas no Brasil colonial. Citemos Oeiras, primeira capital do Piauí, de populações que se mantêm no território ancestral, o Delta do rio Parnaíba, originárias de povos indígenas, primeiros habitantes do lugar, mas que convivem diariamente com formas de violência simbólica, tendo o território ancestral, vivido e praticado, atravessado por interdições, regulamentações, que não consideram a singularidade de suas experiências, histórias e memórias.

Podemos afirmar que a violência permanece em outras bases, daí porque nos preocupa neste momento criar formas de participação que permitam às pessoas compreenderem a permanência das diversas formas de violência, para que percebam que as estratégias para desarticular a vida e suas relações de sociabilidade permanecem, alterando as relações das pessoas com a educação, economia, cultura, natureza, etc.

Portanto, antes de categorizar ou discutir a patrimonialização é preciso discutir a própria existência e reconhecimento do que é considerado patrimônio pelas pessoas que detêm os bens culturais. Como os indivíduos e grupos usam as categorias patrimônios e museus? Como estabelecer o diálogo entre saberes e formas de conhecer, antes de criar uma infinidade de taxinômias – patrimônio cultural material, imaterial; museu comunitário, ecomuseu, etc.

No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. O caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não – científicas de verdade. Sendo certo que a validade universal da verdade científica é, reconhecidamente, sempre muito relativa, dado o facto de poder ser estabelecida apenas em relação a certos tipos de objetos em determinadas circunstâncias e segundo determinados métodos, como é que ela se relaciona com outras verdades possíveis que podem inclusivamente reclamar um estatuto superior, mas não podem ser estabelecidas de acordo com o método científico. (SANTOS, 2007, p. 3).

De um lado estaria o verdadeiro [científico], do outro não haveria conhecimento real, apenas “[...] crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica”. (SANTOS, 2007, p. 4). Continua Boaventura Santos (2007),

[...] a linha visível que separa a ciência dos seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa de um lado, ciência, filosofia e teologia e, do outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade, nem aos dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2007, p. 4).

A partir dos pressupostos da Museologia Social, podemos afirmar que presenciamos, desde os anos 60 do século passado, o que se convencionou a denominar de uma verdadeira revolução teórica e prática que tem lugar nos estudos das Ciências do Patrimônio e da Museologia.

No campo dos estudos da museologia social é relevante pensar o museu como um fenômeno mais geral, que considere o desenvolvimento da consciência cultural, resultado do alargamento dos tempos de lazer, tomada de consciência cultural, reação às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais.

Indiscutivelmente há uma transformação de qualidade no conceito de museu. Aquela instituição distante, aristocrática, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos, tem cada vez mais dado lugar a uma instituição aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio con-

texto social. A revolução museológica de nosso tempo, que se manifesta pela aparição de museus de base comunitária, traz consigo outros valores e possibilidades infinitas de comunicação, diálogos, que originam outras lógicas sociais.

Na década de 1970, a Declaração de Santiago (1972), já defendia que a instituição museu deveria estar a serviço das populações, ser elemento indispensável na formação das comunidades, desempenhando, assim, a sua função social e política, servindo à sociedade, o que requer, obviamente, mudança de paradigmas, mentalidade, concepção ideológica dos profissionais, especialistas neste campo de conhecimento.

A Declaração de Caracas (1992), vinte anos depois, reafirmou o compromisso social dos museus. Hugues de Varine (2012) proclamava a necessidade de abertura dos museus ao meio, às inter-relações com a sociedade, à participação das comunidades, o que exige repensar o campo epistemológico, metodológico, profissional, caráter interdisciplinar e o próprio conceito de patrimônio.

Naqueles contextos, ocorreu o alargamento gradual da noção de patrimônio e redefinição do “objeto museológico”. A afirmação da ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, portanto, da museologia como fator de desenvolvimento.

Dentre as muitas questões trazidas pela Nova Museologia estão aquelas ligadas ao museu integral, de caráter comunitário. Na Europa Ocidental, mais pontualmente a partir dos anos 60 do século passado, na França, e durante a 9ª Conferência Internacional de Museus, o termo museu integral e ecomuseu foram apresentados por estudiosos da Museologia, que defendiam que as reflexões sobre a natureza dos ecomuseus já haviam sido postas por Rivière para questionar e propor outros encaminhamentos para os museus. Apontavam o papel que essas instituições deveriam desempenhar na sociedade, atuando de forma crítica, interveniente no desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades.

No documento final da mesa de discussões em Santiago (1972) já estava expresso o desejo por um novo tipo de museu, que pouco ou nada tinha de relação com museus ditos tradicionais, vocacionados para a recolha, classificação e preservação do patrimônio e sua conseqüente exposição com fins educativos e de recreio. O museu “integral” se insere, portanto, no âmbito específico das suas atividades, preocupações de caráter social e de participação alargada da comunidade como justificação última da sua própria essência e razão de ser.

O museu passa a ser um instrumento de intervenção capaz de mobilizar vontades e esforços para a resolução de problemas comuns, no seio das comunidades humanas onde se encontram. O museu de base comunitária é, portanto, aquele em que os membros do território, são protagonistas de sua formulação, execução, manutenção e gestão, no qual deve haver acompanhamento de uma equipe

interdisciplinar, dentre os seus membros museólogos e especialistas na área de arte, educação, patrimônio, etc., de preferência formados na própria comunidade.

Dentre os museus de base comunitária, destaca-se o ecomuseu, cujo termo está associado na literatura especializada à Hugues de Varine e a George Henri Rivière. Vale lembrar igualmente que na Declaração de Québec de 1984 estão colocados os princípios da Nova Museologia, o que inclui os museus comunitários, dentre eles o ecomuseu, que obrigatoriamente deve constituir-se com a integração entre patrimônio, comunidade, meio ambiente e território.

Essa natureza de museu ao mesmo tempo em que preserva os frutos dos patrimônios das civilizações passadas, protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia atual, a nova museologia, a ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa interessam-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores de sua evolução, ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro.

Defendemos, portanto, o museu natural – integral, uma referência à ecologia, bem como ao componente humano, social – e pensar essa categoria de museu é tomar como significativas as relações simbióticas entre os elementos humano e natural, é conceber o espaço do museu como aquele em que os objetos, as pessoas, o ambiente humano e natural se mantêm em harmonia e funcionalidade que lhes são próprios.

Os museus gradativamente perdem a posição em que permaneceram por muito tempo, representados como instituições intocáveis, inquestionáveis, onde se priorizava o culto e repositório dos valores e modos de vida da elite detentora do poder, como espaço de abrigo das coleções, peças emblemáticas do viver elitista.

Georges-Henri Rivière é apontado, na maioria dos textos especializados, como pioneiro nesse campo de estudos na França no início dos anos 1960. Varine, por sua vez, intervém na década seguinte com a participação da comunidade e constitui o Ecomuseu de Le Creusot, como proponente e crítico do conceito e práticas ligados ao Ecomuseu.

O museu, nessa perspectiva, é uma instituição vital na comunidade, um dos alicerces da consciência social e política. Outras reuniões foram realizadas com especialistas de museus, definindo um tipo de museu compatível com a realidade contemporânea, afinado com os conceitos da ecomuseologia e nova museologia. Instituiu-se a defesa do meio ambiente, das relações harmoniosas homem-natureza-território-objetos museais.

O museu abrigado em um edifício, com uma coleção para um público específico continua a existir. O espaço museológico ganha o *status* de território habitado, com o patrimônio integrado, idealizado com e pela comunidade, um instrumento de desenvolvimento para seus habitantes, um fator de sustentabilidade.

A partir dessas reflexões, passamos a discorrer sobre a paisagem cultural que tomamos como referência para estudo e adensamento de aportes teóricos e metodológicos. Trata-se de um território formado por mangues e igarapés; macacos, guarás-vermelhos, jacarés, bichos preguiça, tartarugas, peixes, que lembram bois, caranguejos...; lendas, mitos...; um rio, um mar, um delta...; um território repleto de sons e imagens...; muitas histórias e memórias passadas de geração a geração de pescadores, artesãos, homens e mulheres entre 80 e 90 anos, habitantes da Comunidade Canárias.

Estamos elaborando o conceito de um espaço participativo, realizamos um conjunto de atividades e ações que perpassam as rodas de conversas e oficinas, que são um convite ao lúdico, ao lazer, à diversão e acima de tudo à sensibilização para o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural e natural da Ilha das Canárias, uma das mais de 70 ilhas localizadas no Delta do Parnaíba, importante área costeira, único delta em mar aberto das Américas, região Meio Norte do Brasil entre os Estados do Piauí e do Maranhão; lugar onde famílias inteiras vivem basicamente da pesca artesanal, cata de caranguejo e de mariscos, agricultura e artesanato, desfrutam de uma paisagem cultural inigualável.

Pensar com a comunidade a possibilidade de criar um museu em médio prazo, um espaço que promova um conjunto de atividades de natureza socio-culturais e formativas, com destaque para as rodas de conversas e para oficinas de contação de histórias, fotografia, audiovisual, desenho e pintura, teatro, música e percussão, artefatos de pesca artesanal, trançados e cestarias com a palha da carnaúba, atividades atravessadas pela temática do museu, patrimônios cultural e natural.

Equipe de pesquisadores da academia e comunitários acreditam que essas atividades inspiram descobertas, diálogos e encontros criativos entre as pessoas e os sons, as imagens, os sabores, os cheiros do lugar onde vivem, espaço praticado e atravessado por ritmos e movimentos, um campo fértil para fruição, deleite e criação artística.

As rodas e oficinas despertam memórias ancestrais, repletas de vivências e experiências, são um convite à criação, a partir de um olhar atento e sensível sobre o ambiente e patrimônios, sobre as artes de pesca e seus artefatos, despertam nas pessoas o desejo de imersão no mundo interior cotidiano da Ilha, do rio e do delta, lhes permitem a oportunidade de conhecer e de se reconhecer no território em que vivem, de beleza singular, mas também com problemas ambientais e de desenvolvimento econômico, social, um lugar carente de equipamentos culturais, de lazer e de educação para o patrimônio.

Cada roda de conversa e oficina tem um modelo de trabalho de natureza intuitiva e prática, se revela um convite ao diálogo e à encenação das memórias de forma sedutora e ao abrigo de linguagens diversas. Estamos criando um es-

paço para conversas, cantorias, brincadeiras, histórias, lendas, mitos, um espaço onde a imaginação e a criatividade façam fluir aptidões e memórias escondidas, onde as pessoas se deixem envolver e transformar, se encantem e se encontrem com a arte-educação-formação; que contem e escutem histórias e lembranças daqueles que são os pescadores e artesãos, guardiões de um rico e complexo patrimônio, legado de seus antepassados, populações indígenas que habitaram o Delta, lugar marcado pela biodiversidade – fauna e flora, que desperta e revela uma sonoridade, uma visualidade, uma vontade de conhecer, desvendar, cuidar, preservar, salvaguardar para as gerações presentes e futuras.

Trata-se, portanto, de um território a se descobrir e viver, carente de equipamentos culturais, de formação para as artes, para os patrimônios, onde os jovens precisam ser formados para a inventividade, para o empreendedorismo, que possam ser capazes de receberem as pessoas, apresentarem o lugar, vez que sensíveis para conhecer e desenvolver elas próprias equipamentos culturais criativos; jovens que não precisem deixar o lugar onde nasceram e vivem.

Muitas vezes não nos apercebemos que o nosso corpo, todo ele, pode se mover, emitir sons, percutir; pés, pernas, mãos, braços e cabeça nos permitem ritmos; o nosso corpo é uma caixa de sons e ritmos; a nossa vida é repleta de lembranças, que podem ser narradas, sonorizadas; logo, as rodas e oficinas pretendem ser acessíveis a qualquer pessoa, que motivada pode usar a alma e o corpo inteiro.

As pessoas são incentivadas a fabricar sons e instrumentos com os recursos que têm à mão, de fácil acesso no meio ambiente que os rodeiam e que pode lhes oferecer equilíbrio pessoal, pela simples escuta e observação; incentivadas a vibrarem, produzirem sons. Famílias, grupos de amigos ou cidadãos encorajados a participarem de um universo possível de criação artística no próprio lugar onde vivem e que guarda tradições seculares.

Despertar o desejo por contar histórias, trabalhar memórias, elaborar chocalhos, tambores, triângulos, instrumentos inspirados em modelos e sons tradicionais, experiências, intimidade com o corpo, a alma, o meio ambiente, um encontro entre razão e emoção de forma intuitiva, uma viagem sonora.

Histórias e memórias são elaboradas nas rodas e oficinas, atravessadas por criações cênicas e musicais, que traduzem um universo de beleza sonora e visual que atravessam os mangues e a paisagem envolvente; produtos culturais resultados de desafios e descobertas, de espaços coletivos de criação, onde há lugar para todos os graus de parentescos e amizades, para todas as capacidades cognitivas, de diversos públicos, de diferentes faixas etárias, com desejos e aptidões inimagináveis.

Na Ilha das Canárias estão presentes valores e padrões de comportamento ancestrais ligados à pesca, construção de embarcações, artefatos domésticos,

habitação, trato com a terra, alimentação, artesanato, etc. A Ilha, o rio e o Delta se localizam em águas calmas, em uma região rica em biodiversidade com destaque para os manguezais e encontro do rio com o mar.

A região foi ocupada inicialmente por populações indígenas. Em meados do século XVIII, sua história e memórias estiveram associadas ao ciclo da criação do gado, da manufatura do charque e do agroextrativismo da carnaúba. A partir dos anos 80 do século XX, intensificaram-se os problemas sociais e ambientais na região, gerados pelo turismo, especulação imobiliária e por formas de extrativismo não planejadas, ocasionando desequilíbrios ambientais, sociais e culturais.

O trabalho que realizamos tem a sua marca na sensibilização comunitária, oferece a sua parcela de contribuição para a inclusão social e cultural de pessoas de baixa renda, melhoria da qualidade dos saberes e fazeres ligados às artes de pesca e artefatos associados, referências culturais de natureza imaterial do litoral norte do Estado do Piauí, o que justifica a necessidade de elaborarmos de forma associada às rodas e oficinas ações-estudos-reflexões sobre os saberes e modos de fazer, sobre a vida cotidiana dessas pessoas.

O território abriga aproximadamente 300 famílias, público-alvo deste estudo, que pretende contribuir para a valorização, promoção, salvaguarda, divulgação do patrimônio cultural e natural do Delta do Parnaíba. São avós, filhos, pais, netos, membros de famílias de pescadores/as, de artesãos/sãs da Ilha; atinge diretamente essas famílias e indiretamente aproximadamente 2.000 pessoas que moram e trabalham na Ilha, dentre jovens e idosos, que conhecem gradativamente as metodologias possíveis de educação ambiental e patrimonial, como as rodas de conversa e oficinas, que nos auxiliam no registro do patrimônio cultural imaterial.

As nossas ações criam multiplicadores, possibilidades de disseminar a noção de patrimônio cultural e natural, contribuem para a compreensão, valorização, preservação e salvaguarda da cultura e identidade locais, além de tornar o tema patrimônio conhecido na comunidade, incorporando a temática como elemento de suas vidas.

Nas rodas e oficinas, realizamos registros de vivências, saberes, experiências e práticas que compõem o material de apoio para a produção de um documentário etnográfico participativo, registros construídos em processo pelos participantes do projeto-ação na comunidade, famílias locais, envolvidas diretamente no trabalho.

Os moradores da Ilha, alguns igualmente facilitadores das rodas e oficinas, formam a equipe deste trabalho, conhecem a cada dia possibilidades metodológicas de pesquisa e registro do patrimônio cultural de sua comunidade. O trabalho se realiza em etapas, um tempo destinado às oficinas, estudos e registros do acervo patrimonial ligado à pesca artesanal e aos artefatos de pesca.

Sabemos que os pescadores e artesãos conhecem as histórias da localidade, são nativos do lugar, daí o nosso interesse em permitir diálogos, trocas de experiências, saberes e práticas. Ao longo do trabalho, buscamos conhecer as experiências e vivências daquelas pessoas, produtoras de artefatos de pesca, que registramos e apresentamos nas rodas e oficinas; com as atividades lúdicas damos a conhecer conceitos e metodologias de registro do patrimônio, bem como recursos e instrumentos de pesquisa no campo dos estudos do patrimônio e do audiovisual.

Este projeto-ação resulta agora no desejo de criar, primeiramente, um museu virtual do Delta do Parnaíba. O que estamos fazendo são reflexões teóricas e metodológicas sobre essa natureza de museu, notadamente, sobre os museus e suas funções social, política, educacional, econômica e turística.

Buscamos igualmente ampliar o produto do trabalho em estudos e intervenções materializados na criação de um ambiente virtual, inovador; dar a conhecer, reconhecer, valorizar, divulgar, promover e potencializar, via mundo virtual, uma das regiões mais belas do Brasil, atravessada por um rico e complexo patrimônio cultural e natural, o Delta do Parnaíba, o único a céu aberto das Américas.

A construção de um museu digital, associado ao trabalho em andamento, permitirá a divulgação de informações, serviços e cenários da região deltaica. Ressaltamos que este trabalho, de forma obrigatória, tem a participação direta das comunidades que vivem no território, processo que se inicia com a constituição conjunta da Universidade e da Comunidade, por meio de metodologias de identificação e sistematização das informações sobre o território e o patrimônio global, um inventário participativo associado a um repositório digital; investigamos a constituição e os modelos existentes de museus digitais no mundo, realizamos a pesquisa em fontes primárias e secundárias sobre patrimônio e museus.

O objetivo é criar um museu digital, acompanhar a sua aplicação prática, perceber como esse equipamento cultural de natureza virtual pode potencializar e apresentar um acervo de informações, imagens e sons de um território que é um museu a céu aberto, que pode ser visitado por meio da realidade virtual e suscitar o desejo de conhecer o território e seus patrimônios cultural e natural *in loco*.

A pesquisa terá mais produtos: o Museu Digital Delta do Parnaíba, um repositório digital, um observatório e um centro de interpretação na Ilha das Canárias, equipamentos culturais associados à Comunidade e à Universidade Federal do Piauí, *Campus* Parnaíba, sob a coordenação do Grupo de Pesquisa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) *VOX MUSEI* arte + patrimônio e Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (Mestrado Profissional).

Por fim, um museu-laboratório, observatório, centro de formação, um lugar de participação de nosso tempo, de todos os tempos, épocas, espaços, reais e imaginários. Um espaço que considere o ser humano e a sua realidade cultural, social e histórica.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Clara Bertrand. *Patrimônio Imaterial* – Convenção da Unesco e seus contextos. Lisboa: Edições 70, 2011. (Coleção Arte & Comunicação).

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 1999.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. *Educação Patrimonial*. Histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

HERNANDEZ, Francisca Hernandez. *Planteamientos Teóricos de La Museología*. Espanha: Ediciones Trea, 2006.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Portugal. Museu [Definição]. [20--]. Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx>. Acesso em: 06 dez. 2015.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

POULOT, Dominique. *Museu y Museologia*. Madri: Abada Editores, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>. Acesso em: 06 dez. 2015.

VARINE, Hugues de. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

Texto recebido em 26 de novembro de 2015.

Texto aprovado em 30 de novembro de 2015.

